

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FILIAÇÃO

Solicito, por meio desta proposta, minha filiação à **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE**, declarando estar ciente de meus direitos e deveres, bem como sujeito às disposições do Estatuto Social, do Regulamento do Programa de Proteção Veicular (PPV), do qual recebi cópia, e das Condições Gerais de Utilização dos benefícios disponibilizados pela Associação.

Declaro, para os devidos fins, que o veículo abaixo descrito é de minha propriedade ou que possuo legitimidade para cadastrá-lo no Programa de Proteção Veicular (PPV), assumindo integral responsabilidade pelas informações e documentos apresentados.

Declaro estar plenamente ciente de que o **Programa de Proteção Veicular (PPV)** possui natureza exclusivamente **associativa e mutualista**, fundamentando-se no auxílio mútuo entre os associados, mediante rateio das despesas decorrentes dos eventos amparados, observadas as disposições do Estatuto Social, deste Regulamento e das deliberações dos órgãos competentes da Associação.

Reconheço, ainda, que a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE não é seguradora**, não comercializa seguro, não emite apólice de seguro e não assume individualmente os riscos inerentes ao patrimônio dos associados, inexistindo relação de consumo típica das sociedades seguradoras, sendo os benefícios concedidos exclusivamente na forma prevista neste Regulamento.

Declaro estar ciente de que a presente proposta constitui apenas um pedido de filiação e adesão ao Programa de Proteção Veicular (PPV), cuja aceitação dependerá da análise e aprovação da Diretoria Executiva da Associação, podendo ser aprovada ou recusada no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da documentação exigida e da realização da vistoria de adesão.

Declaro estar ciente de que a proteção do veículo somente terá início após a realização da vistoria de adesão, aprovação da proposta pela Associação, pagamento da taxa de adesão e observância das demais condições previstas neste Regulamento.

Estou ciente de que o benefício de **reboque/guincho** passará a estar disponível somente após o transcurso do prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da efetiva aprovação da adesão ao Programa de Proteção Veicular (PPV), não sendo prestado durante esse período de carência.

Declaro estar ciente de que, nos veículos em que houver exigência de instalação de equipamento de rastreamento homologado pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento, o ressarcimento decorrente de roubo ou furto observará as regras específicas aplicáveis, inclusive quanto à limitação do valor do ressarcimento enquanto o equipamento obrigatório não estiver devidamente instalado e em perfeito funcionamento.

Declaro estar ciente de que, caso o veículo cadastrado seja proveniente de leilão, possua histórico de perda total, recuperação de sinistro ou qualquer outra condição que implique redução do valor de ressarcimento prevista neste Regulamento, o eventual ressarcimento observará os percentuais e critérios estabelecidos pelo Programa de Proteção Veicular (PPV).

Declaro estar ciente de que minha permanência mínima no Programa de Proteção Veicular (PPV) será de **03 (três) meses**, contados da ativação da proteção, e que a utilização de qualquer benefício previsto no Programa implicará nova permanência mínima de **03 (três) meses**, ressalvada a hipótese de ressarcimento integral, que observará as regras específicas de permanência e compensação financeira previstas neste Regulamento.

Declaro estar ciente de que a participação financeira obrigatória, os prazos para análise dos eventos, os critérios de ressarcimento, os limites de benefícios, as hipóteses de exclusão, os eventos não amparados e todas as demais condições encontram-se disciplinados no Regulamento do Programa de Proteção Veicular (PPV), comprometendo-me a cumpri-los integralmente.

Autorizo a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE a realizar comunicações, notificações, envio de boletos, documentos, avisos e demais informações relacionadas à minha filiação e ao Programa de Proteção Veicular (PPV) por meio de WhatsApp, SMS, e-mail, aplicativo oficial, Área do Associado, correspondência física ou qualquer outro meio de comunicação informado em meu cadastro, comprometendo-me a manter meus dados cadastrais permanentemente atualizados.

Autorizo, ainda, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE a consultar, tratar, armazenar e compartilhar meus dados pessoais e os dados do veículo com empresas credenciadas, prestadores de serviços, oficinas, empresas de rastreamento, empresas de assistência 24 horas, instituições financeiras, bureaus de crédito, órgãos públicos e demais parceiros, exclusivamente para análise da proposta de filiação, administração do Programa de Proteção Veicular (PPV), prevenção e combate a fraudes, cumprimento de obrigações legais, recuperação de ativos, cobrança de créditos e execução dos benefícios previstos neste Regulamento, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD). Declaro que todas as informações e documentos fornecidos são verdadeiros, completos e autênticos, assumindo integral responsabilidade civil, administrativa e criminal por sua veracidade, estando ciente de que qualquer falsidade, omissão relevante, adulteração documental ou fraude poderá acarretar o indeferimento da proposta, perda dos benefícios do Programa de Proteção Veicular (PPV), exclusão do quadro social da Associação e adoção das medidas judiciais cabíveis.

Por fim, declaro que recebi, li, compreendi integralmente e tive oportunidade de esclarecer todas as dúvidas relativas ao Estatuto Social, ao Regulamento do Programa de Proteção Veicular (PPV), ao Termo de Adesão e às Condições Gerais dos benefícios disponibilizados pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, aderindo de forma livre, consciente e voluntária às normas que disciplinam minha participação na Associação e no Programa de Proteção Veicular (PPV).

Declaro, ainda, estar ciente de que a presente proposta não constitui termo definitivo de filiação e que o veículo ora cadastrado somente estará protegido após a realização da vistoria de adesão, desde que esta seja devidamente cadastrada e aprovada pela **Novo Horizonte Proteção Veicular**.

Nos veículos em que for obrigatória a utilização de equipamento de rastreamento homologado pela **Novo Horizonte Proteção Veicular**, quais sejam: veículos leves com valor igual ou superior a **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, utilitários, vans e caminhões com valor igual ou superior a **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, o ressarcimento por roubo ou furto somente será realizado em **100% (cem por cento) do valor constante na Tabela FIPE** após a instalação do equipamento.

Enquanto a instalação do rastreador não for realizada, o ressarcimento ficará limitado a **70% (setenta por cento) do valor da Tabela FIPE** do veículo cadastrado no **PPV (Plano de Proteção Veicular)**.

O custo da instalação do equipamento será de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, a ser pago pelo associado aderente ao Plano de Proteção Veicular, acrescido do valor mensal de **R\$ 20,00 (vinte reais)** em cada parcela do rateio, referente à manutenção do serviço de rastreamento.

Após a realização da vistoria de adesão, a **Novo Horizonte Proteção Veicular** terá o prazo de até **15 (quinze) dias** para aprovar ou recusar a presente proposta de filiação. Após a aprovação da presente proposta de filiação pela Novo Horizonte Proteção Veicular, o benefício de reboque somente poderá ser utilizado após o decurso de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data e hora da aprovação da proposta. Durante esse período de carência, o associado declara estar ciente de que não poderá acionar o serviço de reboque, permanecendo os demais benefícios sujeitos às respectivas condições de vigência previstas no Estatuto Social, no Regulamento do Associado e nas Condições Gerais de Utilização.

A comunicação da decisão poderá ser realizada por SMS, WhatsApp, e-mail ou correspondência enviada ao endereço informado pelo proponente no momento da adesão.

Eventuais problemas na entrega da comunicação, decorrentes de número de telefone incorreto, endereço de e-mail inválido, falha dos Correios ou impossibilidade de entrega em local não atendido pelo serviço postal, não ensejarão a prorrogação de qualquer obrigação da **Novo Horizonte Proteção Veicular**, considerando-se válida a comunicação no momento de seu envio.

É de inteira responsabilidade do proponente manter seus dados cadastrais atualizados e acompanhar o recebimento das comunicações encaminhadas pelos meios informados no ato da filiação, ficando a associação isenta de qualquer responsabilidade decorrente de informações incorretas, incompletas ou desatualizadas.

Nos casos de acionamento para reparação ou ressarcimento integral, os prazos estimados para conclusão dos processos observarão as normas da **Novo Horizonte Proteção Veicular**, conforme abaixo:

- **Motocicletas:** até **30 (trinta) dias úteis**, podendo, em situações excepcionais e devidamente justificadas, ser prorrogado para até **60 (sessenta) dias úteis**;
- **Veículos leves:** até **60 (sessenta) dias úteis**, podendo, em situações excepcionais e devidamente justificadas, ser prorrogado para até **90 (noventa) dias úteis**;
- **Veículos pesados:** até **90 (noventa) dias úteis**, podendo, em situações excepcionais e devidamente justificadas, ser prorrogado para até **120 (cento e vinte) dias úteis**.

A participação financeira do associado, calculada sobre o valor constante na Tabela FIPE do veículo cadastrado no **PPV (Plano de Proteção Veicular)**, será devida nos casos de perda total, fenômenos da natureza, incêndio, colisão, abaloamento, queda e danos causados a veículos de terceiros, observando-se os seguintes percentuais:

- **Motocicletas até 300 cc:** 7% (sete por cento) do valor da Tabela FIPE, com participação mínima de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)**;
- **Motocicletas acima de 300 cc:** 10% (dez por cento) do valor da Tabela FIPE, com participação mínima de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**;
- **Carros:** 7% (sete por cento) do valor da Tabela FIPE, com participação mínima de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**;
- **Utilitários:** 7% (sete por cento) do valor da Tabela FIPE, com participação mínima de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**;
- **Veículos pesados:** 7% (sete por cento) do valor da Tabela FIPE, com participação mínima de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

Não haverá cobrança de participação financeira nos casos de roubo ou furto do veículo protegido. Nos acionamentos destinados exclusivamente ao reparo de danos causados a veículo de terceiros, será cobrada participação correspondente a **7% (sete por cento) do valor da Tabela FIPE**, respeitado o valor mínimo de cada categoria descrita neste regulamento.

Declaro estar ciente de que todos os prazos previstos para reparação parcial ou ressarcimento integral serão contados em **dias úteis**.

Declaro, ainda, estar ciente de que estou aderindo exclusivamente aos produtos e benefícios descritos no campo "**PRODUTOS**", constante da primeira página do **PPV (Plano de Proteção Veicular)**.

Por serem verdadeiras as informações prestadas, firmo a presente declaração, manifestando minha integral concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste documento, no Estatuto Social, no Regulamento do Associado e nas demais normas da **Novo Horizonte Proteção Veicular**.

QUADRO-RESUMO DAS PRINCIPAIS CONDIÇÕES DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

Antes de assinar esta Proposta de Filiação, declaro que tomei ciência e compreendi as principais regras do Programa de Proteção Veicular (PPV), especialmente as abaixo relacionadas:

O Programa de Proteção Veicular (PPV) possui natureza exclusivamente **associativa e mutualista**, não se tratando de contrato de seguro ou de produto oferecido por sociedade seguradora.

Minha proposta de filiação será analisada pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, que poderá aprová-la ou recusá-la no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da entrega da documentação e da realização da vistoria.

A proteção do veículo somente terá início após o cumprimento das condições previstas no Regulamento, incluindo vistoria, aprovação da proposta e pagamento da taxa de adesão.

O benefício de **reboque/guincho** somente estará disponível após **48 (quarenta e oito) horas** da efetiva ativação da proteção.

Caso meu veículo esteja sujeito à instalação obrigatória de rastreador, devo providenciar sua instalação dentro do prazo estabelecido pela Associação, sob pena de aplicação das limitações previstas no Regulamento.

Estou ciente de que minha permanência mínima no Programa será de **03 (três) meses**. Sempre que eu utilizar qualquer benefício do Programa de Proteção Veicular (PPV), exceto nos casos de ressarcimento integral, inicia-se nova permanência mínima obrigatória de **03 (três) meses**, contada da utilização do benefício.

Nos casos de ressarcimento integral (perda total, roubo ou furto com ressarcimento), aplicam-se as regras específicas de permanência mínima e compensação financeira previstas no Regulamento.

Caso meu veículo se envolva em evento amparado que gere reparação do veículo protegido ou de veículo de terceiros nos primeiros **90 (noventa) dias** de vigência da proteção, minha participação financeira será cobrada em dobro, conforme previsto no Regulamento.

Estou ciente de que, em caso de segundo ou demais acionamentos dentro do período de 12 (doze) meses, poderão ser aplicadas participações financeiras progressivas, conforme previsto no Regulamento.

Estou ciente de que veículos provenientes de leilão, recuperados de perda total, com chassi remarcado ou enquadrados em outras hipóteses previstas no Regulamento poderão sofrer limitação ou redução do valor do eventual ressarcimento.

O valor do rateio mensal poderá variar de acordo com os eventos ocorridos entre os associados participantes do Programa de Proteção Veicular (PPV).

A inadimplência acarretará suspensão dos benefícios, podendo resultar em exclusão do Programa, negativação junto aos órgãos de proteção ao crédito, protesto do débito e cobrança judicial, na forma prevista no Regulamento.

Comprometo-me a comunicar imediatamente qualquer alteração cadastral, mudança na utilização do veículo, transferência de propriedade ou modificação das características do veículo.

Autorizo a Associação a utilizar meios eletrônicos oficiais para envio de comunicações, boletos, notificações e demais informações relacionadas ao Programa.

Autorizo o tratamento dos meus dados pessoais e dos dados do veículo para fins de administração do Programa de Proteção Veicular (PPV), prevenção e combate a fraudes, cumprimento de obrigações legais e execução dos benefícios, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Declaro que recebi, li e compreendi integralmente o Estatuto Social, o Regulamento do Programa de Proteção Veicular (PPV), o Termo de Adesão e as Condições Gerais dos benefícios disponibilizados pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE.

Declaro que todas as informações acima me foram previamente esclarecidas, que tive oportunidade de sanar todas as dúvidas antes da assinatura e que adiro ao Programa de Proteção Veicular (PPV) de forma livre, consciente e voluntária.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

DA NATUREZA JURÍDICA

A **NOVO HORIZONTE** é associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com fundamento nos artigos 5º, incisos XVII a XXI, da Constituição Federal, nos artigos 53 a 61 do Código Civil, na legislação aplicável às associações civis, na Lei Complementar nº 213/2025, no que couber ao regime de proteção patrimonial mutualista, bem como nas demais normas pertinentes ao ordenamento jurídico brasileiro.

Tem por finalidade promover os interesses de seus associados, disponibilizando o Programa de Proteção Veicular (PPV) e os demais benefícios previstos neste Regulamento Interno, por meio do sistema de assistência mútua entre os associados e/ou da contratação de prestadores de serviços especializados, observadas as condições, limites e critérios estabelecidos neste Regulamento.

A **NOVO HORIZONTE** atua com base nos princípios do associativismo, da solidariedade, da cooperação e da ajuda mútua entre seus associados.

A **NOVO HORIZONTE NÃO É UMA SEGURADORA**, não comercializa contratos de seguro, não assume riscos mediante pagamento de prêmio e não integra o Sistema Nacional de Seguros Privados.

O Programa de Proteção Veicular (PPV) disponibilizado pela associação não constitui contrato de seguro, sendo destinado exclusivamente aos associados regularmente admitidos, observadas as disposições do Estatuto Social e deste Regulamento Interno. As despesas decorrentes dos eventos amparados pelo Programa de Proteção Veicular (PPV) e dos demais benefícios disponibilizados pela associação serão suportadas pelo

sistema de rateio entre os associados, na forma prevista neste Regulamento Interno, inexistindo finalidade lucrativa.

CONDIÇÕES GERAIS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

1. O Programa de Proteção Veicular (PPV) da **NOVO HORIZONTE** tem por objetivo proporcionar proteção aos veículos regularmente admitidos e cadastrados no Programa, por meio do sistema de assistência mútua entre os associados, mediante o rateio das despesas decorrentes dos eventos amparados por este Regulamento, observadas as condições, limites, critérios e exclusões nele estabelecidos.

Além da proteção disponibilizada pelo Programa, a **NOVO HORIZONTE** poderá promover ações voltadas à prevenção de acidentes, à conscientização dos associados e à educação para um trânsito mais seguro, por meio da divulgação de materiais informativos e de outras iniciativas compatíveis com suas finalidades institucionais.

1.1. Poderá participar do Programa de Proteção Veicular (PPV) o associado regularmente filiado à **NOVO HORIZONTE** que manifestar, de forma voluntária, seu interesse em aderir ao Programa mediante o preenchimento e assinatura do Termo de Adesão.

1.2. Ao aderir ao Programa de Proteção Veicular (PPV), o associado declara estar ciente de que o custeio dos benefícios disponibilizados pela Associação é baseado no princípio do mutualismo, comprometendo-se a contribuir com o pagamento das contribuições associativas, das cotas de rateio e dos demais encargos previstos neste Regulamento e no Estatuto Social.

1.3. O mutualismo consiste na divisão proporcional, entre os associados participantes do Programa, das despesas decorrentes dos eventos amparados por este Regulamento, observados os critérios de rateio estabelecidos pela Associação.

2. ADESÃO AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

2. Para aderir ao Programa de Proteção Veicular (PPV) da **NOVO HORIZONTE**, o interessado deverá estar regularmente filiado à Associação, preencher e assinar, em meio físico ou eletrônico, o Termo de Adesão, apresentar a documentação exigida, efetuar o pagamento da taxa de adesão, submeter o veículo à vistoria prévia, quando exigida, e atender aos demais requisitos estabelecidos neste Regulamento, ficando a adesão condicionada à aprovação da Diretoria da **NOVO HORIZONTE**.

Documentação obrigatória

- Termo de Adesão devidamente preenchido e assinado, em meio físico ou eletrônico;
- **Documento oficial de identificação com foto, válido em todo o território nacional**, tais como Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira de Identidade (RG), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou outro documento oficial equivalente admitido pela legislação vigente;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF), quando o número não constar no documento de identificação apresentado;

- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV-e) ou outro documento equivalente previsto na legislação vigente ou, tratando-se de veículo zero quilômetro, Nota Fiscal de aquisição, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da emissão;
- Cartão de inscrição no CNPJ e Contrato Social ou Estatuto Social, quando o proponente for pessoa jurídica;
- Comprovante de residência atualizado;
- Vistoria prévia, com registro fotográfico, realizada por profissional ou empresa credenciada pela **NOVO HORIZONTE**, quando exigida.

2.0.1. A taxa de adesão poderá ser paga por meio de boleto bancário, PIX ou em dinheiro, diretamente à **NOVO HORIZONTE** ou à empresa, representante, consultor ou prestador de serviços devidamente credenciado e autorizado pela Associação para realizar os procedimentos de filiação e adesão.

2.0.2. O pagamento efetuado à empresa, representante, consultor ou prestador de serviços credenciado produzirá os mesmos efeitos do pagamento realizado diretamente à **NOVO HORIZONTE**, desde que o credenciado esteja formalmente autorizado pela Associação.

2.0.3. A adesão ao Programa de Proteção Veicular (PPV) somente será considerada efetivada após:

I – aprovação da proposta de filiação pela Associação;

II – aprovação da adesão ao PPV;

III – realização e aprovação da vistoria do veículo, quando exigida;

IV – confirmação do pagamento da taxa de adesão, quando aplicável.

2.1. Para análise da proposta de adesão, a **NOVO HORIZONTE** poderá realizar consultas e verificações cadastrais do associado, dos condutores e do veículo, incluindo, mas não se limitando a:

I – Do associado ou condutor:

- validade e regularidade da CNH, quando apresentada;
- histórico de pontuação da CNH, quando aplicável;
- restrições cadastrais junto aos órgãos de proteção ao crédito;
- histórico de sinistros, indenizações e demais informações pertinentes à análise de risco;
- consultas em bases públicas ou privadas legalmente disponíveis.

II – Do veículo:

- histórico de multas e restrições administrativas;
- registros de busca e apreensão;
- histórico de indenização integral, recuperação de sinistro ou leilão;
- remarcação de chassi, motor ou demais sinais identificadores;
- outras consultas necessárias à análise de aceitação.

Parágrafo único. A existência de restrições, inconsistências ou informações que, a critério da Diretoria, possam comprometer o equilíbrio técnico, financeiro ou operacional do Programa poderá ensejar a recusa da proposta de adesão, sem que disso decorra qualquer direito à participação obrigatória no PPV ou a qualquer espécie de indenização.

2.2. O período mínimo de permanência no Programa de Proteção Veicular (PPV) é de **03 (três) meses**, contados da data de início da vigência da adesão.

2.2.1. Sempre que o associado utilizar qualquer benefício disponibilizado pelo Programa de Proteção Veicular (PPV), incluindo, mas não se limitando a, cobertura de evento, assistência 24 (vinte e quatro) horas, reboque, carro reserva, proteção de vidros ou qualquer outro benefício previsto neste Regulamento, **exceto nos casos de ressarcimento integral, que obedecerão às regras específicas previstas na Cláusula 2.6.1 e seguintes deste Regulamento**, o associado ficará obrigado a permanecer vinculado ao Programa pelo período mínimo adicional de **03 (três) meses**, contados da data da efetiva utilização do benefício.

Parágrafo único. Nos casos de ressarcimento integral do veículo cadastrado no Programa de Proteção Veicular (PPV), prevalecerão as regras específicas de permanência mínima e compensação proporcional das contribuições futuras previstas na Cláusula **2.6.1 e seguintes** deste Regulamento.

2.3. Decorrido o prazo mínimo de permanência, o associado poderá solicitar seu desligamento do Programa mediante requerimento formal dirigido à Diretoria da **NOVO HORIZONTE**, contendo, no mínimo, nome completo, CPF ou CNPJ, identificação e placa do veículo, bem como o motivo do desligamento.

2.3.1. O desligamento somente será efetivado se o associado estiver adimplente com todas as contribuições associativas, mensalidades, cotas de rateio, participações financeiras, franquias e demais obrigações previstas neste Regulamento e no Estatuto Social, inclusive valores vencidos ou exigíveis até a data da efetiva baixa no Programa.

2.3.2. O pedido de desligamento deverá ser protocolado até o dia **25 (vinte e cinco)** de cada mês, data de fechamento do rateio mensal. Os pedidos apresentados após essa data produzirão efeitos apenas no fechamento do mês subsequente, permanecendo o associado responsável pelo pagamento integral das obrigações financeiras correspondentes. Não haverá cobrança proporcional (pro rata).

2.3.3. O desligamento do Programa não exonera o associado do pagamento de quaisquer obrigações constituídas durante o período em que permaneceu participante do PPV.

2.3.4. O inadimplemento das obrigações financeiras assumidas perante a **NOVO HORIZONTE** poderá ensejar a adoção das medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais cabíveis, inclusive a inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, observada a legislação vigente.

2.4. Será permitida a transferência da titularidade de veículo cadastrado no PPV, desde que o adquirente seja associado da **NOVO HORIZONTE** ou tenha sua proposta de filiação e adesão aprovada, observados todos os requisitos deste Regulamento.

2.4.1. A transferência ficará condicionada ao pagamento da taxa correspondente, à realização de nova vistoria, quando exigida, e à aprovação expressa da Diretoria.

2.5. Será permitida a substituição de veículo cadastrado no PPV, desde que o novo veículo atenda aos critérios de aceitação estabelecidos pela **NOVO HORIZONTE**, mediante realização de nova vistoria, pagamento da taxa correspondente e aprovação da Diretoria.

2.6. Caso o veículo cadastrado no Programa de Proteção Veicular (PPV) venha a se envolver, no prazo de até **90 (noventa) dias**, contados da data de início da vigência da proteção, em evento amparado que gere despesas de reparação do veículo protegido ou reparação de danos materiais causados a veículos de terceiros, o associado ficará sujeito ao pagamento da **participação financeira prevista neste Regulamento em dobro**, ainda que se trate do primeiro acionamento realizado junto ao Programa.

2.6.1. Nos casos em que houver **ressarcimento integral** do veículo cadastrado no

Programa de Proteção Veicular (PPV), o associado beneficiário ficará obrigado a permanecer vinculado à **NOVO HORIZONTE** pelo período mínimo de **12 (doze) meses**, contados da data da conclusão do ressarcimento integral, permanecendo responsável pelo pagamento das contribuições associativas, taxas administrativas e demais obrigações previstas neste Regulamento durante o referido período.

2.6.2. Caso o associado solicite seu desligamento da Associação ou do Programa de Proteção Veicular (PPV) antes do cumprimento do período mínimo de permanência previsto no item anterior, a **NOVO HORIZONTE** poderá compensar, do valor destinado ao ressarcimento integral, os valores correspondentes às contribuições e obrigações financeiras futuras relativas ao período remanescente de permanência mínima assumida pelo associado, observados os critérios estabelecidos neste Regulamento e no Termo de Adesão.

Parágrafo único. A compensação prevista nesta cláusula tem como finalidade garantir o cumprimento da obrigação de permanência mínima assumida pelo associado após o recebimento do benefício de ressarcimento integral, não possuindo natureza de penalidade, multa ou cobrança adicional, mas sim de cumprimento das obrigações associativas previamente aceitas pelo associado.

2.7. Após a efetivação da adesão ao PPV, o associado pagará, para cada veículo cadastrado, a taxa administrativa mensal vigente, além do rateio das despesas decorrentes dos eventos amparados pelo Programa, na forma prevista neste Regulamento.

2.7.1. A contribuição associativa mensal constitui obrigação de todo associado da **NOVO HORIZONTE**, independentemente da participação no Programa de Proteção Veicular (PPV), nos termos do Estatuto Social. Caso o associado se desligue do PPV e permaneça filiado à Associação, continuará obrigado ao pagamento da contribuição associativa.

2.8. O valor da taxa administrativa do PPV será definido conforme os critérios estabelecidos pela **NOVO HORIZONTE**, considerando, dentre outros fatores, a categoria do veículo, seu valor de mercado, perfil de utilização e demais parâmetros técnicos adotados pela Associação, podendo ser utilizada como referência a Tabela FIPE ou outro índice oficialmente reconhecido.

2.8.1. Nos veículos que possuírem ano de fabricação diferente do ano/modelo, será adotado, como regra, o ano/modelo para fins de enquadramento e cálculo dos valores, salvo disposição diversa constante na tabela de aceitação vigente ou deliberação da Diretoria.

3. ACEITAÇÃO E VIGÊNCIA DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

3. A proteção do Programa de Proteção Veicular (PPV) terá início à **0h00 (zero hora) do primeiro dia útil subsequente** à realização e aprovação da vistoria do veículo, à confirmação do pagamento da taxa de adesão, quando aplicável, e à aprovação da proposta de adesão pela Diretoria da **NOVO HORIZONTE**, observadas as disposições deste Regulamento.

3.1. O benefício de reboque (guincho) disponibilizado pela **NOVO HORIZONTE** somente poderá ser utilizado após o transcurso do prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contado da aprovação da proposta de adesão ao **Programa de Proteção Veicular (PPV)**, observadas as condições, os limites e a abrangência previstos no Regulamento do Associado e no plano contratado.

3.1.1. A carência prevista no item anterior aplica-se exclusivamente ao benefício de reboque solicitado de forma autônoma, não alterando os prazos de vigência dos demais benefícios disponibilizados pelo Programa.

3.1.2. A carência prevista para o benefício de reboque não será aplicada quando sua utilização decorrer de evento amparado pelo Programa de Proteção Veicular (PPV), ocorrido após o início da vigência da proteção, hipótese em que o serviço será disponibilizado conforme as condições previstas neste Regulamento.

3.2. Todos os veículos deverão ser previamente submetidos à vistoria de adesão, realizada por profissional ou empresa credenciada pela **NOVO HORIZONTE**, sendo os documentos, fotografias e demais informações obtidas arquivados juntamente com o cadastro do associado.

3.2.1. A vistoria de adesão destina-se exclusivamente à verificação das condições aparentes do veículo para fins de aceitação no Programa, não constituindo avaliação de mercado, perícia técnica, certificação de procedência, autenticidade ou regularidade documental do veículo, permanecendo tais responsabilidades exclusivamente a cargo do associado.

3.3. Nos casos de veículos zero quilômetro que permaneçam nas dependências da concessionária ou revenda autorizada, a Diretoria poderá autorizar, excepcionalmente, a realização da vistoria em até **02 (dois) dias úteis** após a adesão. Decorrido esse prazo sem a realização da vistoria, a proteção permanecerá suspensa até sua efetiva realização e aprovação.

3.4. A **NOVO HORIZONTE** poderá aprovar ou recusar a proposta de adesão ao Programa de Proteção Veicular no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento da documentação completa e da realização da vistoria, quando exigida.

3.4.1. A comunicação da aprovação ou da recusa poderá ser realizada por SMS, WhatsApp, e-mail, correspondência ou qualquer outro meio de comunicação informado pelo proponente no ato da adesão.

3.4.2. Eventuais falhas na entrega das comunicações decorrentes de informações cadastrais incorretas, incompletas ou desatualizadas fornecidas pelo associado não gerarão qualquer responsabilidade para a **NOVO HORIZONTE**, considerando-se válida a comunicação a partir de seu envio.

3.4.3. Em caso de recusa da proposta de adesão, os valores eventualmente pagos serão restituídos ao proponente, ressalvados os custos referentes aos serviços efetivamente prestados e às despesas administrativas previstas no Termo de Adesão, quando aplicáveis.

3.5. A Diretoria da **NOVO HORIZONTE** poderá indeferir a inclusão de qualquer veículo no Programa de Proteção Veicular quando verificar condições inadequadas de conservação, modificações estruturais, alterações não regularizadas, utilização incompatível com a categoria cadastrada ou qualquer circunstância que represente risco ao equilíbrio técnico, operacional ou financeiro do Programa.

3.6. A Diretoria Executiva poderá determinar a exclusão do Programa de Proteção Veicular do associado que praticar atos contrários ao Estatuto Social, a este Regulamento ou aos interesses coletivos da Associação, assegurados o contraditório, a ampla defesa e os recursos administrativos cabíveis.

DA INSTALAÇÃO OBRIGATÓRIA DE RASTREADOR

3.7. Será obrigatória a instalação e a manutenção de equipamento de rastreamento homologado pela **NOVO HORIZONTE** para:

I – veículos leves com valor igual ou superior a **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**;

II – utilitários, caminhonetes, vans, caminhões e demais veículos da linha pesada com valor igual ou superior a **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**;

III – quaisquer outros veículos cuja instalação seja determinada pela Diretoria em razão de critérios técnicos de aceitação.

3.7.1. O equipamento deverá permanecer instalado, ativo e em perfeito funcionamento durante toda a permanência do veículo no Programa, sendo sua instalação, manutenção e conservação de responsabilidade exclusiva do associado.

3.7.2. Nos veículos sujeitos à obrigatoriedade de instalação de rastreador, o ressarcimento por roubo, furto ou perda total corresponderá a **100% (cem por cento)** do valor de referência previsto neste Regulamento somente após a efetiva instalação e ativação do equipamento.

3.7.3. Enquanto o equipamento de rastreamento não estiver instalado e em pleno funcionamento, o ressarcimento ficará limitado a **70% (setenta por cento)** do valor da Tabela FIPE vigente na data da apuração, conforme previsto neste Regulamento e no Termo de Adesão.

3.7.4. Caso, na data do evento, o equipamento obrigatório esteja desligado, danificado, desinstalado, sem comunicação ou inoperante por motivo imputável ao associado, o evento relacionado a roubo ou furto poderá não ser amparado pelo Programa, aplicando-se, quando cabível, as limitações previstas neste Regulamento.

3.7.5. A responsabilidade pela fiscalização do funcionamento, manutenção e conservação do equipamento de rastreamento é exclusiva do associado.

3.7.6. Os custos de instalação, manutenção, mensalidade e demais despesas relacionadas ao equipamento de rastreamento serão suportados pelo associado, conforme os valores definidos pela **NOVO HORIZONTE** no ato da adesão.

3.8. O associado poderá utilizar empresa de rastreamento diversa daquela indicada pela **NOVO HORIZONTE**, desde que previamente homologada pela Associação.

3.8.1. Para homologação, o associado deverá disponibilizar todas as informações técnicas solicitadas, bem como fornecer login, senha e demais credenciais necessárias para acesso ao sistema de monitoramento pela **NOVO HORIZONTE**, sempre que exigido para fins de localização do veículo, auditoria ou regulação de eventos.

3.8.2. A utilização de empresa de rastreamento não homologada ou a recusa injustificada do associado em fornecer os acessos necessários ao monitoramento poderá acarretar a suspensão dos benefícios relacionados aos eventos de roubo e furto ou até mesmo a recusa da adesão ou exclusão do Programa, mediante decisão fundamentada da Diretoria.

4. DA INADIMPLÊNCIA, SUSPENSÃO DOS BENEFÍCIOS E PERDA DE DIREITOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

4. O não pagamento das obrigações financeiras relacionadas ao Programa de Proteção Veicular (PPV), incluindo taxa administrativa, contribuições, rateios ou demais valores devidos pelo associado, no prazo de até **05 (cinco) dias corridos** após o vencimento, acarretará a **suspensão dos benefícios do PPV da NOVO HORIZONTE**, ficando o veículo sem direito à utilização dos benefícios previstos neste Regulamento enquanto perdurar a inadimplência.

4.1. Para a reativação dos benefícios do PPV após a regularização da inadimplência, o associado deverá solicitar a emissão de nova guia de pagamento, quitar integralmente os valores pendentes, incluindo eventuais encargos administrativos, e realizar nova vistoria do veículo, quando exigida pela **NOVO HORIZONTE**, arcando com os custos correspondentes.

4.1.1. A vistoria poderá ser realizada em ponto autorizado pela Associação ou mediante atendimento de profissional credenciado, conforme disponibilidade e critérios definidos pela **NOVO HORIZONTE**.

4.1.2. A reativação dos benefícios somente ocorrerá a partir das **00h00 (zero hora) do dia seguinte** à confirmação do pagamento dos débitos e da aprovação da vistoria, quando esta for exigida, não havendo cobertura para eventos ocorridos durante o período de suspensão.

4.2. Após o prazo de **15 (quinze) dias corridos** de inadimplência, a **NOVO HORIZONTE** poderá encaminhar o débito do associado aos órgãos de proteção ao crédito, tais como SPC e SERASA, bem como adotar as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis para cobrança dos valores devidos, incluindo eventual protesto do título, observada a legislação vigente.

4.2.1. A quitação dos débitos não garante automaticamente a reinclusão do associado no Programa de Proteção Veicular, ficando esta condicionada ao cumprimento dos procedimentos previstos neste Regulamento, incluindo eventual realização de nova vistoria e aprovação da Diretoria da **NOVO HORIZONTE**.

4.3. A suspensão, exclusão ou desligamento do associado do Programa de Proteção Veicular (PPV) ou do quadro associativo da **NOVO HORIZONTE** não o isenta do pagamento das obrigações financeiras existentes até a data efetiva do desligamento.

4.3.1. O associado permanece responsável pelos valores referentes aos rateios, contribuições e demais obrigações constituídas durante o período em que permaneceu participante do PPV, considerando que os rateios correspondem às despesas e eventos ocorridos no período anterior e cuja responsabilidade foi distribuída entre os associados participantes.

4.4. Após a comunicação formal da exclusão do associado do Programa de Proteção Veicular (PPV) ou da Associação, este não terá mais direito à utilização dos benefícios disponibilizados pelo Programa, devendo desconsiderar e inutilizar eventuais boletos referentes a períodos posteriores à data efetiva do desligamento.

4.5. A exclusão do associado do quadro social da **NOVO HORIZONTE** observará as disposições previstas no Estatuto Social da Associação, competindo à Diretoria Executiva deliberar sobre a medida, sempre assegurados o contraditório, a ampla defesa e o direito de apresentação de recurso administrativo.

4.5.1. O prazo para apresentação de recurso administrativo será de **05 (cinco) dias corridos**, contados da data da ciência formal da decisão pelo associado.

4.5.2. O recurso será analisado pela instância competente prevista no Estatuto Social da Associação, não suspendendo automaticamente os efeitos da decisão, salvo se houver decisão expressa em sentido contrário.

5. DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

5. Os benefícios disponibilizados pelo Programa de Proteção Veicular (PPV) da **NOVO HORIZONTE** destinam-se aos veículos regularmente cadastrados, vistoriados e aprovados pela Associação, observadas as condições previstas neste Regulamento, no Termo de Adesão e no plano contratado pelo associado.

Os benefícios poderão ser concedidos aos seguintes eventos amparados:

1. **a)** Roubo;
2. **b)** Furto;
3. **c)** Colisão;

4. **d)** Queda;
5. **e)** Capotamento;
6. **f)** Abalroamento;
7. **g)** Incêndio, desde que não decorrente de ato criminoso, negligência, mau uso do veículo ou qualquer outra hipótese prevista neste Regulamento;
8. **h)** Impacto de objetos externos contra o veículo;
9. **i)** Fenômenos da natureza, incluindo enchentes, alagamentos, inundações, enxurradas, queda de árvores, queda de raios, eventos estes mencionados que causem danos ao veículo cadastrado, desde que não tenha ocorrido agravamento dos danos por ação ou omissão do associado ou condutor.
10. **j)** Auxílio funeral no valor de R\$3.000,00
11. **k)** Auxílio destombamento para caminhões diesel pesado até R\$2.000,00

5.1. O benefício relacionado a incêndio, destombamento, fenômenos da natureza e auxílio funeral será disponibilizado exclusivamente aos associados que tenham contratado plano que contemple expressamente este evento no momento da adesão ao Programa de Proteção Veicular (PPV).

5.2. DOS ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS DO VEÍCULO

5.2. Os acessórios, equipamentos e componentes instalados no veículo somente serão considerados para análise e eventual ressarcimento quando:

1. **a)** estiverem presentes no veículo no momento da vistoria inicial;
2. **b)** forem originais de fábrica ou comprovadamente adquiridos mediante nota fiscal;
3. **c)** estiverem vinculados ao veículo cadastrado no Programa de Proteção Veicular.

5.2.1. Esta regra aplica-se, entre outros, aos equipamentos de som, rodas, pneus, kit multimídia, DVD, equipamentos eletrônicos e demais acessórios instalados no veículo.

5.2.2. Não haverá ressarcimento de acessórios quando o dano ocorrer exclusivamente no equipamento, sem danos ao veículo cadastrado, incluindo furto isolado ou dano exclusivo do acessório.

5.3. ROUBO, FURTO E PRÁTICAS DELITUOSAS

5.3. Os benefícios decorrentes de roubo ou furto não abrangem situações caracterizadas como apropriação indébita, acessórios ou itens pessoais, estelionato, fraude, simulação de evento ou qualquer outra prática ilícita ou irregular.

5.4. RASTREADOR OBRIGATÓRIO

5.4. Nos casos em que houver exigência de instalação de equipamento rastreador, conforme previsto neste Regulamento, especialmente nas Cláusulas 3.6 e seguintes, os benefícios relacionados a roubo e furto somente serão analisados quando o equipamento estiver devidamente instalado, ativo e em perfeito funcionamento.

5.4.1. A ausência de instalação, manutenção ou funcionamento do equipamento obrigatório poderá ocasionar a aplicação das limitações previstas neste Regulamento, inclusive quanto aos benefícios relacionados a roubo e furto.

5.5. CONDUTOR DO VEÍCULO

5.5. Os benefícios somente serão concedidos quando o veículo estiver sendo conduzido por pessoa devidamente habilitada, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com a categoria do veículo, podendo o condutor ser ou não o associado titular do cadastro.

5.6. PNEUS

5.6. Nos casos em que pneus forem atingidos diretamente por evento amparado pelo PPV, o ressarcimento observará o estado de conservação, tempo de utilização e comprovação documental.

Serão considerados os seguintes critérios:

1. **a)** Pneus com até 06 (seis) meses de uso, mediante apresentação de nota fiscal: ressarcimento limitado a 100% (cem por cento) do valor comprovado;
2. **b)** Pneus com mais de 06 (seis) meses de uso: ressarcimento limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor comprovado;
3. **c)** Pneus sem nota fiscal ou sem comprovação de aquisição serão considerados como utilizados há mais de 06 (seis) meses.

5.7. VEÍCULOS ZERO QUILOMETRO

5.7. Nos veículos zero quilômetro cadastrados no Programa de Proteção Veicular (PPV), o ressarcimento poderá considerar o valor da Tabela FIPE referente à modalidade "Zero KM", desde que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

1. **a)** O cadastramento tenha sido realizado antes da retirada do veículo das dependências da concessionária ou revenda autorizada;
2. **b)** Seja o primeiro evento envolvendo o veículo após sua inclusão no PPV;
3. **c)** O evento tenha ocorrido dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da retirada do veículo.

5.8. VEÍCULO RESERVA

5.8. O benefício de veículo reserva será disponibilizado exclusivamente aos associados que tenham contratado esta modalidade no momento da adesão ao Programa de Proteção Veicular (PPV), conforme condições, limites e período estabelecidos no plano escolhido.

5.8.1. Nos casos de eventos envolvendo colisão com necessidade de reparação do veículo cadastrado, o benefício de veículo reserva somente será disponibilizado após:

1. **a)** aprovação do acionamento pela NOVO HORIZONTE;
2. **b)** autorização dos reparos necessários;
3. **c)** pagamento da participação financeira obrigatória pelo associado, quando aplicável; e
4. **d)** decorrido o prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva quitação da participação financeira.

5.8.2. O prazo previsto no item anterior tem como objetivo permitir a análise do evento, autorização dos serviços, programação dos reparos e disponibilização do veículo reserva pela empresa prestadora.

5.8.3. Nos casos de ressarcimento integral do veículo cadastrado, o benefício de veículo reserva não será disponibilizado, salvo previsão expressa no plano contratado.

5.8.4. A retirada do veículo reserva dependerá da apresentação dos documentos exigidos pela empresa prestadora, incluindo CNH válida e comprovante de residência atualizado.

5.8.5. Eventual valor de caução exigido pela empresa prestadora será de responsabilidade do associado ou usuário do veículo reserva.

5.8.6. O veículo reserva estará disponível exclusivamente durante o período contratado no PPV e conforme disponibilidade da empresa prestadora.

5.8.7. O benefício será encerrado após o término do período contratado, conclusão do reparo do veículo protegido ou demais hipóteses previstas neste Regulamento.

6. DOS EVENTOS NÃO AMPARADOS PELO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

Não serão concedidos benefícios pelo Programa de Proteção Veicular (PPV) nos seguintes casos:

1. **a)** Danos materiais, pessoais, corporais ou morais causados a terceiros ou ocupantes do veículo, salvo quando houver benefício específico contratado;
2. **b)** Lucros cessantes, danos emergentes ou prejuízos decorrentes da paralisação do veículo;
3. **c)** Eventos decorrentes de condução sem habilitação válida, habilitação suspensa, cassada ou incompatível com a categoria do veículo;
4. **d)** Danos decorrentes de negligência na utilização ou manutenção do veículo, incluindo falhas relacionadas a pneus, freios ou itens essenciais de segurança;
5. **e)** Utilização do veículo em desacordo com sua finalidade, incluindo excesso de passageiros, excesso de peso, transporte irregular de carga ou utilização incompatível com suas características;
6. **f)** Alterações estruturais ou modificações que comprometam a segurança do veículo, incluindo veículos rebaixados, preparados, modificados ou alterados sem autorização da Associação;
7. **g)** Desgaste natural, deterioração pelo uso, defeitos mecânicos, defeitos de fabricação, problemas elétricos, falhas de motor, câmbio, peças de desgaste, corrosão, ferrugem, infiltração ou umidade;
8. **h)** Nos veículos elétricos ou híbridos, não serão amparados pelo Programa de Proteção Veicular (PPV):

I – assistência decorrente exclusivamente da descarga ou esgotamento da bateria de tração por falta de recarga;

II – danos, furto, roubo ou avarias ocorridas exclusivamente em carregadores portáteis, wallbox, cabos de carregamento, adaptadores ou equipamentos externos de recarga, salvo contratação expressa de benefício específico;

III – danos decorrentes de defeito próprio, desgaste natural, vício oculto, defeito de fabricação, curto-circuito interno ou degradação da bateria de tração;

IV – custos relacionados à substituição integral da bateria de tração quando decorrentes exclusivamente de falha interna, desgaste ou perda de capacidade natural.

V – de atualizações remotas de software, firmware ou sistemas eletrônicos realizadas pelo fabricante ou por terceiros autorizados;

VI – de falhas em sistemas eletrônicos embarcados, módulos de controle, centrais eletrônicas, sensores, softwares, aplicativos, sistemas de condução assistida ou quaisquer tecnologias digitais integradas ao veículo, quando decorrentes de defeito próprio, erro de programação, incompatibilidade de software ou atualização disponibilizada pelo fabricante;

VII – de invasão cibernética, acesso não autorizado, ataque hacker, manipulação eletrônica, comprometimento de sistemas digitais ou qualquer outro incidente de segurança cibernética que afete o funcionamento do veículo, ressalvada a hipótese de comprovação técnica de que os danos decorreram diretamente de evento amparado pelo Programa.

Parágrafo único. Constatado, por meio de perícia técnica, que os danos decorreram exclusivamente de defeito de fabricação, falha de software, atualização remota, vulnerabilidade cibernética ou qualquer causa não relacionada a evento amparado por este Regulamento, não haverá concessão dos benefícios previstos no Programa de Proteção Veicular (PPV).

9. **i)** Atos de guerra, revolução, tumultos, motins, sabotagem, vandalismo coletivo ou situações semelhantes;
10. **j)** Danos causados por atos de autoridade pública, salvo quando necessários para evitar agravamento dos danos já ocorridos;
11. **k)** Eventos ocorridos sob influência de álcool, drogas ou substâncias que reduzam a capacidade de condução, bem como recusa injustificada à realização de exames;
12. **l)** Participação do veículo em competições, corridas, apostas, testes de velocidade ou treinamentos;
13. **m)** Multas, despesas criminais ou obrigações decorrentes de processos judiciais;
14. **n)** Avarias previamente constatadas na vistoria de adesão;
15. **o)** Reparos realizados no veículo sem autorização prévia da NOVO HORIZONTE;
16. **p)** Danos causados à carga transportada;
17. **q)** Eventos ocorridos fora do território nacional;
18. **r)** Danos decorrentes da utilização do veículo em locais inadequados ou sem condições normais de circulação;
19. **s)** Veículos sem documentação obrigatória, licenciamento, impostos ou taxas necessárias à circulação, quando tal irregularidade impedir ou comprometer a análise do evento;

I – manteve o veículo em local sujeito a alagamento ou inundação, mesmo diante de risco evidente;

II – tentou atravessar área alagada, submersa ou interditada, assumindo o risco de causar danos ao veículo;

III – recebeu alerta ou orientação de órgãos oficiais, incluindo Defesa Civil, sobre possibilidade de enchentes, inundações ou eventos climáticos severos e, possuindo tempo hábil, deixou de remover o veículo do local de risco;

IV – contribuiu para o agravamento dos danos por negligência, imprudência ou omissão;

1. **t)** Danos decorrentes de período prolongado de imobilização do veículo, incluindo bateria descarregada, borra de motor ou problemas decorrentes da falta de utilização;
2. **u)** Situações ocasionadas por ato comprovado de imprudência grave do associado ou condutor.

Parágrafo único. A análise dos eventos relacionados a fenômenos da natureza observará as circunstâncias do ocorrido, registros oficiais disponíveis, condições do local, alertas emitidos por órgãos competentes e as medidas adotadas pelo associado ou condutor para evitar ou minimizar os danos.

7. DOS PARÂMETROS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

7.1. O Programa de Proteção Veicular (PPV) da NOVO HORIZONTE tem por finalidade proporcionar aos associados participantes o amparo previsto neste Regulamento, mediante o sistema de rateio das despesas decorrentes dos eventos cobertos, observadas as regras do Estatuto Social, deste Regulamento e das deliberações da Diretoria Executiva.

7.2. O valor máximo de referência para ressarcimento integral de cada veículo cadastrado será aquele constante da Tabela FIPE vigente na data da apuração do evento, respeitados os limites do plano contratado, as condições estabelecidas neste Regulamento e as hipóteses de redução previstas nas cláusulas seguintes.

7.3. Na inexistência de cotação do veículo na Tabela FIPE, ou quando esta não representar adequadamente seu valor de mercado, a Diretoria Executiva poderá utilizar outra tabela de referência oficialmente reconhecida ou realizar avaliação técnica específica, sempre observando os princípios da razoabilidade, economicidade e interesse coletivo dos associados.

7.4. Hipóteses de redução do valor do ressarcimento

O valor do ressarcimento poderá sofrer redução nas seguintes hipóteses:

I – veículos adquiridos com benefícios fiscais, isenção ou redução de tributos, tais como táxis, produtores rurais, pessoas com deficiência (PCD), locadoras, frotistas ou qualquer outra modalidade de tributação diferenciada, hipótese em que serão deduzidos os benefícios fiscais obtidos pelo proprietário, evitando enriquecimento sem causa;

II – veículos que possuam remarcação de chassi ou identificação veicular autorizada pelos órgãos competentes sofrerão depreciação de 30% (trinta por cento) sobre o valor de referência utilizado para o ressarcimento;

III – veículos provenientes de leilão ou que tenham sido objeto de ressarcimento integral anterior sofrerão limitação de ressarcimento correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Tabela FIPE vigente na data da apuração do evento, conforme previsto neste Regulamento e na Proposta de Filiação.

IV - Nos veículos elétricos ou híbridos, quando o custo da bateria de tração, comprovado mediante orçamento técnico, representar valor igual ou superior ao valor de referência do veículo constante da Tabela FIPE, a Diretoria Executiva poderá, observados os princípios da economicidade e do interesse coletivo dos associados, optar pelo ressarcimento integral do veículo ou limitar o benefício ao respectivo valor de referência previsto neste Regulamento.

Parágrafo único. Quando houver necessidade de remarcação de chassi em razão de impossibilidade de identificação da numeração original, aplicar-se-á a mesma regra prevista para veículos remarcados.

7.5. Ressarcimento integral

Nos casos de roubo, furto sem recuperação, incêndio com perda total, perda total decorrente de colisão ou qualquer outra hipótese prevista neste Regulamento que resulte em dano irreparável, o ressarcimento observará os seguintes prazos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Associação:

- I** – motocicletas: até 30 (trinta) dias úteis, podendo ser prorrogado, de forma excepcional e devidamente justificada, por até 60 (sessenta) dias úteis;
- II** – veículos leves: até 60 (sessenta) dias úteis, podendo ser prorrogado, de forma excepcional e devidamente justificada, por até 90 (noventa) dias úteis;
- III** – veículos pesados, caminhões, ônibus, tratores, implementos e similares: até 90 (noventa) dias úteis, podendo ser prorrogado, de forma excepcional e devidamente justificada, por até 120 (cento e vinte) dias úteis.

7.6. Reparação parcial

Nos eventos em que seja tecnicamente viável a reparação do veículo, a NOVO HORIZONTE providenciará o reparo em oficina credenciada ou homologada, observando critérios técnicos, disponibilidade de peças, qualidade dos serviços e economicidade para o Programa de Proteção Veicular.

Parágrafo único. O prazo para conclusão dos reparos poderá variar conforme a complexidade dos danos, disponibilidade de peças, tempo de fornecimento pelos fabricantes, demanda das oficinas e demais fatores alheios à vontade da Associação, não constituindo atraso imputável à NOVO HORIZONTE.

7.7. Peças utilizadas nos reparos

Durante o período de garantia de fábrica do veículo, sempre que tecnicamente possível, serão utilizadas peças originais.

Após o término da garantia de fábrica, poderão ser utilizadas peças originais, genuínas, homologadas, similares de primeira linha ou seminovas em perfeito estado de conservação, desde que não comprometam a segurança, funcionamento ou características do veículo.

7.8. Oficinas

Os reparos serão realizados em oficinas previamente credenciadas ou homologadas pela NOVO HORIZONTE.

A escolha da oficina caberá exclusivamente à Associação.

Caso o associado opte por oficina diversa da indicada pela NOVO HORIZONTE, deverá obter autorização prévia e expressa da Diretoria Executiva.

Nesta hipótese:

- I** – a Associação ficará obrigada apenas ao pagamento do menor orçamento obtido entre as oficinas homologadas;
- II** – eventual diferença de valores será de responsabilidade exclusiva do associado;
- III** – a qualidade dos serviços executados pela oficina escolhida será de inteira responsabilidade desta e do associado.

7.9. Perda total

Em regra, será considerado dano irreparável quando o custo estimado para reparação ultrapassar 75% (setenta e cinco por cento) do valor de referência do veículo constante da Tabela FIPE vigente na data da apuração do evento.

Parágrafo único. Independentemente do percentual apurado, a Diretoria Executiva poderá deliberar pela reparação ou pelo ressarcimento integral, adotando a alternativa que melhor atenda aos interesses coletivos dos associados, à segurança do veículo e à economicidade do Programa de Proteção Veicular.

7.10. Salvados

Nos casos de ressarcimento integral, substituição do veículo ou perda total, os salvados, peças remanescentes e demais materiais resultantes do evento passarão a pertencer à NOVO HORIZONTE, que poderá destiná-los, aliená-los ou reaproveitá-los para redução dos custos do Programa de Proteção Veicular e, conseqüentemente, do rateio suportado pelos associados.

7.11. Autorização para reparos

O associado não poderá autorizar reparos no veículo antes da vistoria e da autorização formal da NOVO HORIZONTE.

O descumprimento desta obrigação poderá acarretar perda do direito ao benefício, caso impossibilite a análise técnica do evento ou prejudique a apuração dos danos.

7.12. Sindicância e perícia

Sempre que houver indícios de fraude, inconsistências nas informações prestadas, dúvidas quanto à dinâmica do evento ou qualquer situação que justifique maior apuração, a NOVO HORIZONTE poderá contratar empresa especializada para realização de sindicância, investigação ou perícia técnica.

O associado compromete-se a colaborar integralmente com a investigação, fornecendo documentos, informações, imagens, gravações, acessos e demais elementos solicitados.

A recusa injustificada em colaborar poderá acarretar o indeferimento do pedido de benefício, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

7.12.1. Para análise dos eventos comunicados, prevenção e combate a fraudes, a NOVO HORIZONTE poderá utilizar recursos tecnológicos, incluindo, mas não se limitando a:

- I – rastreamento por GPS;
- II – telemetria veicular;
- III – registros eletrônicos do veículo;
- IV – análise de velocidade;
- V – análise de aceleração e frenagem;
- VI – inteligência artificial;
- VII – perícia digital;
- VIII – cruzamento de informações provenientes de bancos de dados públicos ou privados legalmente acessíveis;
- IX – imagens de câmeras públicas ou privadas obtidas de forma lícita.

8. DO RATEIO DOS PREJUÍZOS NO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

8.1. O Programa de Proteção Veicular (PPV) é fundamentado no princípio do mutualismo, mediante o qual todos os associados participantes contribuem para o custeio das despesas decorrentes dos eventos amparados ocorridos no período, por meio do rateio proporcional previsto neste Regulamento.

8.2. O rateio das despesas será apurado mensalmente, considerando os eventos ocorridos no período compreendido entre os dias **26 (vinte e seis) do mês anterior e 25 (vinte e cinco) do mês corrente**, ou outro período que venha a ser definido pela Diretoria Executiva, mediante comunicação prévia aos associados.

8.3. O valor devido mensalmente pelo associado será composto por:

I – contribuição associativa prevista no Estatuto Social;

II – taxa administrativa destinada à manutenção e operacionalização do Programa de Proteção Veicular (PPV);

III – valor correspondente ao rateio das despesas dos eventos amparados ocorridos no período;

IV – demais serviços, benefícios opcionais ou cobranças autorizadas pelo associado, quando houver.

8.4. O valor do rateio será calculado mensalmente de acordo com o montante total das despesas suportadas pelo Programa de Proteção Veicular (PPV), observando-se os critérios técnicos estabelecidos pela Diretoria Executiva, o perfil do veículo cadastrado e os índices de participação previstos nas tabelas internas da Associação.

8.5. Os valores devidos serão cobrados por meio de boleto bancário, PIX, débito autorizado ou qualquer outro meio de pagamento disponibilizado pela NOVO HORIZONTE, com vencimento na data escolhida pelo associado no ato da adesão, podendo ser nos dias **05 (cinco), 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta)** de cada mês.

8.6. O não recebimento do boleto, aviso de cobrança ou qualquer outro documento de pagamento não exime o associado da obrigação de efetuar o pagamento na data do vencimento.

Parágrafo único. É obrigação do associado solicitar a emissão da segunda via pelos canais oficiais da NOVO HORIZONTE antes do vencimento, caso não tenha recebido o documento de cobrança.

8.7. A NOVO HORIZONTE poderá disponibilizar ao associado acesso às cobranças por meio de aplicativo, área do associado, website, e-mail, WhatsApp, SMS ou outros meios eletrônicos, os quais terão a mesma validade do boleto físico.

8.8. Mediante solicitação do associado e aprovação da Diretoria Executiva, a NOVO HORIZONTE poderá disponibilizar modalidades diferenciadas de cobrança, inclusive carnês, parcelamentos administrativos ou outras formas de arrecadação, desde que tais modalidades não comprometam o equilíbrio financeiro do Programa de Proteção Veicular.

8.9. Os valores arrecadados através do rateio destinam-se exclusivamente ao custeio das despesas decorrentes dos eventos amparados pelo Programa de Proteção Veicular (PPV), despesas administrativas, contratação de prestadores de serviços, assistências, benefícios disponibilizados aos associados e demais despesas necessárias ao regular funcionamento do Programa.

8.10. O associado reconhece que os valores do rateio poderão variar mensalmente para mais ou para menos, conforme a quantidade de eventos ocorridos, seus respectivos custos e as despesas necessárias à manutenção do equilíbrio financeiro do Programa de Proteção Veicular (PPV), inexistindo valor fixo para o rateio mensal.

8.11. A inadimplência implicará a suspensão dos benefícios do Programa de Proteção Veicular (PPV), observadas as disposições previstas no Capítulo 4 deste Regulamento, sem prejuízo da cobrança administrativa, judicial ou extrajudicial dos valores devidos.

8.12. A exclusão ou desligamento do associado do Programa de Proteção Veicular (PPV) não o exime da responsabilidade pelo pagamento das obrigações financeiras vencidas ou vincendas referentes ao período em que permaneceu vinculado ao Programa, inclusive dos valores de rateio já constituídos.

8.13. A Diretoria Executiva poderá promover auditorias, revisões e readequações dos critérios de rateio sempre que necessário para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Programa de Proteção Veicular (PPV), comunicando previamente os associados quando houver alteração que impacte a forma de cálculo.

8.14. Todos os valores arrecadados no âmbito do Programa de Proteção Veicular (PPV) serão administrados pela NOVO HORIZONTE em conformidade com seu Estatuto Social, observando os princípios da transparência, boa-fé, equilíbrio financeiro e interesse coletivo dos associados participantes.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ASSOCIADO PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

9.1. São obrigações do associado participante do Programa de Proteção Veicular (PPV), além das previstas no Estatuto Social, neste Regulamento e na legislação aplicável:

I – agir com lealdade, boa-fé, transparência e cooperação perante a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, seus dirigentes, colaboradores, prestadores de serviços e demais associados;

II – cumprir integralmente o Estatuto Social, este Regulamento, as normas internas, resoluções e deliberações da Diretoria Executiva;

III – manter em dia o pagamento da contribuição associativa, da taxa administrativa, do rateio mensal e de quaisquer outras obrigações financeiras assumidas perante a Associação;

IV – manter o veículo cadastrado em perfeitas condições de conservação, funcionamento e segurança, realizando as manutenções preventivas e corretivas necessárias;

V – manter atualizados seus dados cadastrais, comunicando imediatamente qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail, estado civil, CPF/CNPJ ou demais informações relevantes.

9.2. O associado deverá comunicar imediatamente à NOVO HORIZONTE sempre que ocorrer:

I – alteração da propriedade do veículo;

II – alteração da forma de utilização do veículo;

III – alteração das características originais do veículo;

IV – instalação ou retirada de acessórios relevantes;

V – modificação estrutural, mecânica ou estética que possa influenciar na aceitação do risco;

VI – substituição do motor, remarcação de chassi ou qualquer alteração cadastral do veículo.

Parágrafo único. A omissão das informações previstas nesta cláusula poderá acarretar perda dos benefícios, exclusão do Programa de Proteção Veicular (PPV) e responsabilização do associado pelos prejuízos causados ao grupo de associados.

9.3. Dever de preservação do veículo

Ocorrido qualquer evento, o associado deverá adotar todas as medidas razoáveis para preservar o veículo, evitar o agravamento dos danos e colaborar para a redução dos prejuízos, sob pena de responder pelas perdas decorrentes de sua omissão.

9.4. Ressarcimento contra terceiros

Caso o evento tenha sido causado por terceiro, o associado compromete-se a colaborar integralmente para que a NOVO HORIZONTE exerça seu direito de regresso, fornecendo documentos, informações, procurações e demais elementos necessários.

9.5. Comunicação obrigatória dos eventos

Em caso de roubo, furto, colisão, incêndio ou qualquer outro evento amparado, o associado deverá comunicar imediatamente a NOVO HORIZONTE, preferencialmente no momento do ocorrido e, obrigatoriamente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

9.6. Registro policial

Sempre que exigido pela legislação ou pela natureza do evento, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência junto à autoridade policial competente, contendo informações verdadeiras e completas sobre os fatos.

9.7. Em caso de roubo ou furto

Além da comunicação à Associação, o associado deverá:

- I – registrar imediatamente o Boletim de Ocorrência;
 - II – comunicar imediatamente a empresa responsável pelo rastreamento, quando houver equipamento instalado;
 - III – colaborar integralmente com as buscas e fornecer todas as informações solicitadas.
- O descumprimento injustificado destas obrigações poderá acarretar a perda do direito aos benefícios previstos neste Regulamento.

9.8. Em caso de colisão ou danos materiais

O associado deverá:

- I – comunicar imediatamente a NOVO HORIZONTE;
- II – preservar o local, quando possível;
- III – identificar os veículos envolvidos;
- IV – identificar os respectivos condutores;
- V – coletar os dados de, no mínimo, duas testemunhas, sempre que possível;
- VI – registrar imagens do local, dos veículos, dos danos e da sinalização existente.

9.9. Remoção do veículo

Após a autorização da NOVO HORIZONTE, o veículo deverá ser removido para a base da Associação ou para oficina, pátio ou prestador de serviço por ela indicado. É vedada a continuidade da utilização do veículo quando os danos comprometerem sua segurança ou puderem agravar o prejuízo.

9.10. Documentação obrigatória para abertura do processo de análise

O associado deverá apresentar, sempre que solicitado:

- I – documento oficial de identificação (RG, CNH ou Carteira de Trabalho);
- II – CPF, quando não constar do documento apresentado;

- III – documento do veículo;
- IV – Boletim de Ocorrência;
- V – Termo de Acionamento integralmente preenchido e assinado;
- VI – narrativa manuscrita descrevendo detalhadamente os fatos;
- VII – fotografias e vídeos do evento;
- VIII – documentos dos terceiros envolvidos, quando houver;
- IX – laudos médicos, prontuários, exames ou documentos hospitalares, quando houver vítimas;
- X – demais documentos que a Diretoria Executiva considerar necessários para análise do evento.

9.11. Investigação e sindicância

A NOVO HORIZONTE poderá realizar sindicância, perícia técnica, auditoria ou investigação especializada sempre que entender necessário para apuração dos fatos. O associado obriga-se a colaborar integralmente com a investigação, fornecendo documentos, esclarecimentos e comparecendo quando convocado. A recusa injustificada poderá acarretar o indeferimento do pedido de benefício.

9.12. Reparos sem autorização

É expressamente proibida a realização de reparos no veículo antes da autorização formal da NOVO HORIZONTE, salvo quando indispensáveis para preservação imediata do patrimônio ou por determinação de autoridade competente. Os reparos realizados sem autorização poderão não ser objeto de ressarcimento.

9.13. Informações falsas

A prestação de informações falsas, omissão de fatos relevantes, adulteração de documentos, fraude, tentativa de fraude ou simulação de evento implicará:

- I – perda imediata dos benefícios;
- II – exclusão do Programa de Proteção Veicular (PPV);
- III – exclusão do quadro social da Associação, observado o devido processo administrativo;
- IV – obrigação de ressarcir todos os prejuízos causados ao grupo de associados;
- V – adoção das medidas judiciais e criminais cabíveis.

9.14. Meios oficiais de comunicação

Constituem meios oficiais de comunicação da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE:

- I – aplicativo oficial;
 - II – área do associado;
 - III – website oficial;
 - IV – WhatsApp oficial;
 - V – e-mail cadastrado;
 - VI – SMS;
 - VII – correspondência física enviada ao endereço cadastrado.
- É obrigação do associado manter seus dados atualizados e acompanhar regularmente as comunicações encaminhadas pela Associação.

9.15.

O pagamento da contribuição associativa, da taxa administrativa ou do rateio mensal após comunicação de alterações deste Regulamento importará em ciência e aceitação das normas vigentes, ressalvados os direitos previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Associação.

10. DO RESSARCIMENTO AO ASSOCIADO PARTICIPANTE DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO VEICULAR (PPV)

10.1. O ressarcimento decorrente de evento amparado pelo Programa de Proteção Veicular (PPV) será concedido exclusivamente aos associados que, na data do evento e durante todo o processo de análise, estiverem em situação regular perante a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, observadas todas as disposições deste Regulamento, do Estatuto Social, do Termo de Adesão e das demais normas internas.

10.2. O pagamento do ressarcimento integral somente será realizado após:

- I – conclusão da análise administrativa do evento;
- II – entrega de toda a documentação exigida;
- III – cumprimento das obrigações previstas neste Regulamento;
- IV – inexistência de impedimentos legais, administrativos ou judiciais;
- V – apuração definitiva do evento e aprovação da Diretoria Executiva, quando necessária.

10.3. O prazo para pagamento do ressarcimento integral observará o disposto na Cláusula 7.2 deste Regulamento, sendo contado a partir da entrega integral da documentação exigida.

10.4. O prazo previsto na cláusula anterior ficará suspenso enquanto houver:

- I – pendência documental;
- II – solicitação de documentos ou informações complementares;
- III – necessidade de realização de sindicância, perícia técnica ou auditoria;
- IV – instauração de inquérito policial ou procedimento investigatório relacionado ao evento;
- V – qualquer circunstância que impeça a conclusão da análise administrativa.

Parágrafo único. Sanadas as pendências, o prazo voltará a fluir pelo período remanescente.

10.5. O ressarcimento poderá ser realizado, conforme decisão da Diretoria Executiva:

- I – mediante pagamento por PIX, TED ou outro meio eletrônico;
- II – mediante substituição do veículo por outro de características equivalentes;
- III – excepcionalmente, mediante pagamento parcelado, quando as condições econômico-financeiras da Associação justificarem tal medida, mediante decisão fundamentada da Diretoria Executiva.

10.6. Do valor do ressarcimento serão deduzidos, quando aplicáveis:

- I – a participação financeira obrigatória prevista neste Regulamento;
- II – mensalidades, rateios ou quaisquer débitos vencidos existentes perante a Associação;
- III – os valores correspondentes à compensação financeira decorrente do descumprimento da permanência mínima obrigatória prevista na Cláusula 2.2.2;
- IV – demais valores cuja dedução esteja expressamente prevista neste Regulamento.

10.7. Nos veículos alienados fiduciariamente, financiados, arrendados ou gravados por qualquer ônus, o ressarcimento observará os direitos do credor.

- 1º Havendo saldo devedor, a Associação poderá efetuar o pagamento diretamente ao credor até o limite do valor devido.
- 2º Existindo saldo remanescente, este será pago ao associado.
- 3º Caso o saldo devedor seja superior ao valor do ressarcimento, caberá ao associado quitar a diferença necessária para a baixa do gravame.

10.8. O ressarcimento somente será efetuado após a comprovação de que o veículo encontra-se livre e desembaraçado de quaisquer gravames, bloqueios, restrições judiciais, administrativas ou quaisquer outros impedimentos que inviabilizem sua regular transferência.

10.9. Quando o veículo integrar espólio, inventário, recuperação judicial, falência ou situação jurídica semelhante, o ressarcimento será realizado em favor do representante legal devidamente habilitado, mediante apresentação da documentação exigida pela legislação aplicável.

10.10. Considerando a natureza mutualista do Programa de Proteção Veicular (PPV), não será admitida a participação simultânea do mesmo veículo em outro programa associativo de proteção veicular.

Parágrafo único. Constatada eventual duplicidade de proteção em outra associação, a Diretoria Executiva poderá instaurar procedimento administrativo para apuração dos fatos, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo aplicar as medidas previstas neste Regulamento e no Estatuto Social.

11. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O RESSARCIMENTO

11.1. A concessão de qualquer ressarcimento dependerá da apresentação da documentação exigida pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE, observadas as disposições deste Regulamento.

11.2. Os documentos básicos para abertura do processo de análise do evento são aqueles previstos no procedimento de acionamento constante da Cláusula **9.9**, sem prejuízo da apresentação de documentos complementares previstos neste Capítulo.

11.3. Danos Reparáveis

Além da documentação prevista na Cláusula **9.9**, poderão ser exigidos:

- I – documento oficial de identificação do associado e do condutor;
- II – CNH do condutor;
- III – documento do veículo (CRLV ou equivalente);
- IV – Boletim de Ocorrência, quando obrigatório ou solicitado pela Associação;
- V – fotografias e vídeos do evento;
- VI – laudos técnicos;
- VII – documentos médicos, quando houver vítimas;
- VIII – demais documentos considerados necessários para análise do evento.

11.4. Ressarcimento Integral

Nos casos de perda total, roubo ou furto, além dos documentos previstos na Cláusula **9.9**, poderão ser exigidos:

- I – documento oficial de identificação do associado;
- II – CRV, ATPV-e ou documento equivalente necessário à transferência da propriedade;
- III – CRLV;
- IV – comprovante de quitação dos tributos obrigatórios;
- V – certidões negativas de multas e restrições;
- VI – chaves do veículo;
- VII – extratos emitidos pelos órgãos competentes;

- VIII – comprovante de baixa de gravames, quando houver;
- IX – procuração, quando houver representante legal;
- X – demais documentos necessários para a regular transferência do veículo.

11.5. Pessoa Jurídica

Quando o proprietário do veículo for pessoa jurídica, além dos documentos previstos na cláusula anterior, poderão ser exigidos:

- I – cartão de inscrição no CNPJ;
- II – contrato social, estatuto ou ato constitutivo consolidado;
- III – alterações contratuais vigentes;
- IV – documento de identificação do representante legal;
- V – ata de eleição, quando aplicável;
- VI – nota fiscal, quando exigida pela legislação tributária;
- VII – demais documentos necessários à regularização da transferência.

11.6. A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE poderá solicitar, a qualquer momento, documentos, declarações, laudos técnicos, perícias ou informações complementares que considerar necessários para a correta análise do evento, prevenção a fraudes ou cumprimento de exigências legais.

11.7. Enquanto houver pendência documental ou necessidade de complementação de informações, permanecerão suspensos os prazos previstos para conclusão da análise e para eventual ressarcimento, reiniciando-se sua contagem após o atendimento integral das exigências formuladas pela Associação.

11.8. A apresentação de documentos falsos, adulterados, ideologicamente falsos ou informações inverídicas acarretará:

- I – indeferimento do pedido de ressarcimento;
- II – perda de todos os benefícios relativos ao evento;
- III – exclusão do Programa de Proteção Veicular (PPV), observados o contraditório e a ampla defesa;
- IV – adoção das medidas judiciais, cíveis e criminais cabíveis.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Efetuado o ressarcimento integral ou parcial, ou suportadas despesas pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE em decorrência de evento amparado pelo Programa de Proteção Veicular (PPV), a Associação ficará sub-rogada, até o limite do valor despendido, em todos os direitos, ações e créditos do associado contra terceiros responsáveis pelo evento, obrigando-se o associado a fornecer todos os documentos, informações e assinaturas necessárias ao exercício desse direito.

12.2. A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE não responde por eventual desvalorização comercial do veículo decorrente de acidentes, reparos, histórico de sinistros, registros em bases públicas ou privadas, apontamentos realizados por órgãos de trânsito ou quaisquer informações constantes em sistemas oficiais ou de consulta veicular, ainda que tais registros sejam consequência de evento amparado pelo Programa de Proteção Veicular (PPV).

12.3. O associado declara que todas as informações e documentos apresentados à ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE são verdadeiros, completos e autênticos.

12.3.1. A constatação de falsidade, omissão, adulteração documental, fraude, simulação de evento ou qualquer informação inverídica poderá acarretar, conforme a gravidade do caso:

1. a) o indeferimento do pedido de adesão;
2. b) a perda dos benefícios do Programa de Proteção Veicular (PPV);
3. c) a exclusão do associado do quadro social, observado o Estatuto Social e assegurados o contraditório e a ampla defesa;
4. d) a adoção das medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

12.4. O associado declara ter recebido, lido e compreendido integralmente o Estatuto Social, este Regulamento do Programa de Proteção Veicular (PPV), o Termo de Adesão e os demais documentos que disciplinam sua participação, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações neles previstas.

12.5. As comunicações oficiais da **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE** poderão ser realizadas por meio do aplicativo oficial, WhatsApp, SMS, e-mail, correspondência, Área do Associado, sítio eletrônico oficial ou qualquer outro meio idôneo de comunicação, sendo responsabilidade do associado manter seus dados cadastrais permanentemente atualizados.

12.6. Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pela Diretoria Executiva, observados o Estatuto Social, os princípios do associativismo, do mutualismo, da boa-fé objetiva, da razoabilidade e da legislação aplicável, podendo a matéria ser posteriormente submetida à Assembleia Geral para ratificação ou alteração normativa.

12.7. O presente Regulamento poderá ser alterado por deliberação da Assembleia Geral da **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE**, entrando em vigor na data fixada na respectiva deliberação, revogando-se as disposições anteriores em contrário.

12.8. As alterações aprovadas na forma do item anterior serão comunicadas aos associados pelos meios oficiais de comunicação da Associação e passarão a integrar automaticamente as regras do Programa de Proteção Veicular (PPV), observadas as disposições estatutárias e a legislação aplicável.

12.9. Os conflitos decorrentes da aplicação deste Regulamento serão preferencialmente solucionados de forma administrativa. Não sendo possível a composição amigável, será competente o foro da comarca da sede da **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO VEICULAR NOVO HORIZONTE**, quando admitido pela legislação vigente, sem prejuízo das hipóteses de competência absoluta previstas em lei.